



Omissão em caso de assédio sexual

O descaso em relação aos casos de assédio na Caixa começou no fim de 2020, quando uma empregada fez denúncia ao então vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, Ubiratan Sanderson (PL/RS). O parlamentar pediu provas após o relato de assédio sexual cometido por Pedro Guimarães, ex-presidente da instituição.

Reportagem do portal Metrôpoles mostra que o deputado confirmou ter conversado com a empregada da Caixa e que pediu que a vítima trouxesse “algo concreto”. Segundo a bancária, Guimarães se aproximou e a tocou sem permissão durante viagem de trabalho ao Amapá. Em outra ocasião, mandou recados estranhos.

Ainda de acordo com a matéria, como a vítima recusou o assédio, foi



perseguida no banco, apesar do bom desempenho profissional. O caso reforça a necessidade de apuração séria e transparente por parte também da atual direção da Caixa, que até então se mostra omissa ao escândalo.

O movimento sindical aguarda a apuração e informações sobre as ações tomadas pela empresa, até para que isso não se repita.

Conselho cobra melhoria no Saúde Caixa

O desempenho do Saúde Caixa e questões relacionadas à rede credenciada e canais de atendimento dos beneficiários têm preocupado o Conselho de Usuários do plano de saúde. Os conselheiros eleitos pelos empregados reivindicaram a retomada dos comitês regionais de credenciamento.

Na última reunião virtual, na semana passada, o Conselho debateu eleição dos representantes eleitos para o colegiado, reuniões da equipe da Gesad (Gerência Nacional de Saúde e Ambiência Corporativa) com associações de aposentados, a nova versão do APP do Saú-

de Caixa, o chamado “casal Caixa”. Além da quitação de débitos via boleto, ampliação da cobertura obrigatória para tratamento de TEA (Transtorno de Espectro Autista) e TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento).

A maior reclamação feita sobre o Saúde Caixa ainda é o funcionamento insuficiente e desatualizado da rede credenciada. Para os conselheiros eleitos, assistência médica deveria possuir rede credenciada própria, com capacidade de fortalecer a condição do Saúde Caixa como operadora de plano de saúde de autogestão por RH.

Centrais sindicais orientam sobre assédio eleitoral

Com o título “Liberdade eleitoral, eleição 2022: Coação Eleitoral é crime”, panfleto distribuído por nove centrais sindicais explica sobre assédio ou coação eleitoral, crime previsto na legislação brasileira, e informa sobre como e onde os trabalhadores podem denunciar.

O folheto orienta o trabalhador vítima de assédio político-eleitoral denunciar no sindicato da categoria ou no MPT (Ministério Público do Trabalho). A denúncia pode ser anônima. As punições aos patrões que praticarem o crime variam entre condenação por danos morais coletivos ou danos individuais e multas diárias.

Segundo o texto, “somos a maioria do eleitorado brasileiro e podemos decidir a eleição no dia 2 de outubro elegendo o novo presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais que elaborem projetos, leis e medidas econômicas, trabalhistas, sociais e previdenciárias favoráveis à classe trabalhadora e à maioria do povo”.

Santander paga PLR e adicional do VA sexta

Os funcionários do Santander devem ficar atentos. Os valores da primeira parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), das remunerações variáveis do primeiro semestre e o adicional de R\$ 1.000,00 do VA (vale alimentação) serão creditados na conta nesta sexta-feira (30). O banco foi o único entre os grandes a não antecipar o pagamento da PLR. Mas, vai pagar o adicional do VA um mês antes do prazo final estabelecido para 30 de outubro.

Fenacrefi faz nova proposta rebaixada

A Fenacrefi (Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento) está de brincadeira. Em negociação realizada nesta quinta-feira (22), apresentou proposta de reajuste salarial de 8,5%, com perda real de 3,04%. Os representantes dos financiários consideraram um absurdo o índice e rejeitaram ainda na mesa. O INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) fechou os 12 meses encerrados em maio em 11,9% - a categoria tem data-base em 1º de junho. Portanto, a proposta é muito rebaixada. Para os vales alimentação e refeição propõe 9%.

Governo corta 97% de verba para alimentação

Apesar de o país ter mais de 33 milhões brasileiros sem nada para comer, Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, afirmaram que não há fome no Brasil e cortaram 97% da verba que seria destinada ao Alimenta Brasil em 2023. A redução praticamente acaba com o principal programa de acesso aos alimentos da agricultura familiar, causando sérios prejuízos aos pequenos agricultores e comunidades tradicionais. É através do Alimenta Brasil que a produção dos pequenos agricultores é comprada e a comida é doada para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.